

capítulo de livro: FONTES, V. "Capital-imperialismo e persuasão empresarial." In. CONCEIÇÃO, Alexandrina; SOUZA, Raimunda Áurea Dias de (orgas.) *O capital e a ocupação de terras e territórios*. São Cristóvão: UFSergipe, 2013, p.29-51. ISBN - 978-85-7822-369-4

Capital-imperialismo e persuasão empresarial*

Virgínia Fontes**

Este artigo aponta, de maneira sucinta, para um elemento significativo da adequação ídeo-sócio-política das classes dominantes brasileiras ao capital-imperialismo, o qual passam a integrar de forma subalterna. Trata-se da modificação da atuação das entidades organizativas, com forte base empresarial, no Brasil contemporâneo, com nova ênfase em processos de persuasão. Não ocorreu uma redução expressiva das práticas coercitivas, porém generalizou-se um formato de intensa atividade das diferentes frações burguesas voltada para o convencimento e organização de diversificados espaços sociais populares. O controle burguês da grande mídia proprietária segue intacto, mas demonstra não ser mais a única modalidade de persuasão e de apassivamento utilizadas, mormente sob as condições de representação eleitoral regular. Esse processo contou com a adesão de importantes contingentes de militantes originários da esquerda. Esses novos procedimentos embaralham a aparência das lutas de classes, reduzem o horizonte de lutas para temas imediatos, banalizam clássicas palavras de ordem, convertidas em meras intenções declaratórias. A constituição de uma esquerda voltada para garantir o crescimento do capital (Coelho, 2005), se coliga com a intensificação de uma atuação organizada por grupos clássicos da direita, de teor social (Neves, 2005; Martins, 2009). A compreensão da amplitude desse fenômeno exige nos debruçarmos sobre as transformações ocorridas no imperialismo ao longo do século XX.

A situação brasileira contemporânea promove perplexidades e suscita explicações muito variadas. Para os otimistas, atravessamos uma lenta superação do neoliberalismo, substituído por um neodesenvolvimentismo que resultaria, enfim, numa sociedade moderna e democrática, em expansão econômica, capaz de resistir à crise internacional através da produção de uma nova classe média e do papel de liderança solidária realizada pelos governos brasileiros, desde Lula da Silva, entre 2003 e 2010 a, atualmente, Dilma Rousseff, em especial no âmbito do Cone Sul.

Para outros, como Francisco de Oliveira, a situação brasileira se assemelharia a de um *ornitorrinco*, animal que expressa um beco sem saída na evolução das espécies: após anos de luta da classe trabalhadora, em lugar de transformações substantivas em direção a conquistas sociais sólidas, os setores populares tiveram sua capacidade organizativa reduzida,

* A pesquisa da qual deriva o artigo contou com o apoio do CNPq e está desenvolvida no livro *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro, Eds. da UFRJ e EPSJV-Fiocruz, 2010.

* * Professora visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz; docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF/MST.

enquanto alguns de seus dirigentes se cristalizavam numa posição peculiar, a de gestores do grande capital financeirizado, através de sua participação na gestão de faraônicos fundos de pensão de trabalhadores. Oliveira destaca a existência de um setor industrial completo e a eliminação dos resíduos pré-capitalistas no campo, procurando alcançar a terceira revolução industrial (molecular-digital), porém alerta que o endividamento aumenta (a produção depende cada vez mais de recursos externos) e a dependência se mantém, pela permanência da cópia, em lugar da produção autônoma de conhecimento, de ciência e de técnica. Generaliza-se o trabalho abstrato, lastreado em relações de trabalho 'sem-formas', sem direitos e sem limites (Oliveira, 2003).

Também com viés crítico, outros analistas insistem no caráter passadista do processo em curso, que reataria com as dramáticas características históricas da América Latina através de procedimentos similares a uma recolonização (dada a extensão da desnacionalização de grandes setores da economia), ao lado de uma reprimarização da economia, dado o peso crescente das exportações de produtos agrários e da exploração desenfreada de recursos naturais (Abramovay, 2011).

Para além das diferenças entre essas interpretações, elas incorporam uma premissa subjacente, apesar de muitas vezes criticada: a suposição de que a expansão do capitalismo conteria, como sua condição e resultado, a melhoria das condições de vida das grandes massas populares e uma certa autonomização nacional, com uma maior grau de independência e soberania.

Para os otimistas, esse processo estaria em curso, com o Partido dos Trabalhadores ocupando a Presidência da República e impondo ao capital uma nova dinâmica, mais bem sucedida do que a capitaneada pelos próprios representantes mais diretos das burguesias brasileiras, no plano interno e, sobretudo, no âmbito das políticas externas, em especial com relação aos países da América do Sul. Aqui predomina o epíteto “neo”, mesmo se ele também se agrega a uma formulação não tão otimista, como a da constituição de um neopopulismo (Singer, 2009).

No que concerne aos críticos, a explicação do retrocesso retoma as teses clássicas sobre o papel da América Latina, cujo fardo histórico não se alteraria. A densidade da análise de Oliveira admite que o viés desigual, combinado e dependente do capitalismo brasileiro conduziu sua expansão a uma situação inusitada, embora de novo bloqueio, no qual todas as experiências de luta precedentes quedariam como sem efeito, incapazes de produzir uma nova hegemonia e subordinadas, agora, à voragem financeira. Inversamente, aqui predomina o epíteto “re”.

A interpretação que proponho se distancia das precedentes. Em primeiro lugar, parte do pressuposto de que a dinâmica capitalista, por ser expansiva, impõe alterações ao conjunto da vida social que exigem incessantemente formas novas – mesmo se a cada dia socialmente mais perversas – de fuga para a frente. A expansão da lógica social capitalista não significa melhoria das condições da vida das diferentes populações, ainda que possa traduzir-se em consumo de número maior de objetos. A regressividade social não significa necessariamente passadismo do ponto de vista do capital. O desenvolvimento do capitalismo pode ocorrer como

resultado das próprias contradições da expansão do capital-imperialismo internacional, mantendo características fortes de dependência. A nova escala de concentração precisa assegurar – inclusive com o apoio do Estado – a extração de valor *no interior e no exterior* das fronteiras nacionais.

Em segundo lugar, considero que há uma nova hegemonia no Brasil, de cunho capital-imperialista, expressão da emergência contraditória de novos países retardatários, forjados no bojo do processo de expansão do capital nos últimos 60 anos, com forte aceleração nas duas últimas décadas. Essa hegemonia não deve ser reduzida a um neopopulismo, como uma relação sem mediações entre liderança política e massa, pois conta com a atuação de uma extensíssima rede de entidades mercantil-filantrópicas, ao lado de uma conversão do papel de alguns dirigentes e de grandes entidades sindicais, tornados parceiros da expansão do capital-imperialismo no Brasil. O processo de democratização, ocorrido no período da derrocada da experiência soviética, significou ao mesmo tempo a permanência da truculência característica das relações sociais brasileiras, agravada pelas demissões geradas pela reestruturação produtiva, ao lado de uma forte atuação *persuasiva* burguesa, sob nova roupagem democrática e cosmopolita.

Capital-imperialismo e apassivamento popular

Em breves pinceladas, seguem alguns comentários derivados da análise que desenvolvi em livro recente (Fontes, 2010). Com relação ao imperialismo, tal como formulado por Lênin, concordamos que se tratou, em 1916, de uma nova forma da reprodução do capital e não apenas de uma escolha política de dirigentes ou de classes dominantes de alguns países. A escala de concentração de capitais que propiciou resultou em inflexões no conjunto das determinações do imperialismo, gerando uma configuração que, preservando traços anteriores, aproxima-se do formato apresentado por Marx, ao tratar do momento máximo de concentração de capitais, quando o próprio capital precisa irracionalmente converter-se em mercadoria (Marx, 1985, esp. L. III, cap. 21). Adotei a expressão *capital-imperialismo*, pois permite mais claramente assinalar a imbricação entre os fenômenos econômicos, políticos e sociais, buscando fugir da suposição de que o imperialismo seja o fruto apenas de uma política de potência, e que poderia ser amestrado através de mecanismos jurídicos ou políticos.

No pós-guerra, em razão da nova capacidade destrutiva nuclear, as guerras entre as grandes potências foram limitadas, deslocando-se os alvos militares para terceiros países. Desde os primeiros anos da Guerra Fria, a expansão da acumulação capitalista sob o predomínio estadunidense envolveu uma crescente associação entre gigantescos proprietários, traduzido num primeiro momento através das empresas multi ou transnacionais, que resultaria posteriormente numa superposição entre tais empresas transnacionais e a constituição de enormes massas monetárias em busca de valorização. Estas agregam proprietários de procedências diversas, tanto em termos das atividades de extração de valor, quanto em termos de origem nacional: o que fora uma 'união íntima' entre grandes industriais e grandes bancos (o capital financeiro), se converte em fusão pornográfica de capitais em busca vertiginosa de valorização, qualquer que seja a forma ou o meio para fazê-lo.

A nova escala de concentração de capitais, sob o predomínio estadunidense, isolou os países que experimentaram processos revolucionários através da Guerra Fria e, ao mesmo tempo, gradualmente aprofundou as modalidades de interconexão entre capitais dos países imperialistas, tanto a nível econômico (com as empresas multinacionais e, depois, transnacionais) quanto a nível gerencial, sobretudo através da instauração de entidades internacionais oficiais (como o Banco Mundial e o FMI) porém não sujeitas à regras - limitadas - de maioria (como a ONU), mas a regras de participação acionária ('democracia censitária'). Isso não significou a redução do papel dos Estados: ao contrário, estes tornaram-se a forma crucial de encapsulamento político e controle social da massa de trabalhadores. Para conter a recorrente emergência de lutas de classes, uma importante rede de atuação cultural, política e ideológica implantou-se nos países imperialistas, em paralelo às entidades oficiais, sobretudo através de fundações culturais, nominalmente 'sem fins lucrativos'. Objetivava exatamente deslocar os conflitos de classe, em âmbitos nacionais e, sobretudo, internacionais substituindo-os por uma admissão limitada e controladora das tensões, através de formas de negociação pontuais, caso a caso. Novamente, se o "modelo" era estadunidense, ao longo dos anos tal procedimento converteu-se no modus operandi de diferentes burguesias, como forma de assegurar o predomínio do capital sob instituições formalmente democráticas.

O sucesso político e ideológico dessas iniciativas abria posteriormente a possibilidade de formas de exploração de trabalhadores empregados por uma miríade de 'entidades sem fins lucrativos', em sua grande maioria desprovidos de quaisquer direitos (expropriados de direitos), porém em boa parte recobertos de valores democráticos, agora descarnados de conteúdo concreto.

O processo de produção econômica internacionalizou-se, pelos deslocamentos crescentes de massas de capitais de um lado a outro do planeta, enquanto as lutas populares tiveram paulatinamente sua eficácia reduzida, tanto pelas novas estratégias burguesas, quanto pela limitação imposta pela própria internacionalização do capital à capacidade dos trabalhadores de interromper o processo produtivo atuando apenas no âmbito nacional. A atuação dos Estados tornava-se a cada dia mais dúplice: abertos à captação de recursos externos e garantidores da expansão externa de capitais originados em seu território. No que concerne a força de trabalho, porém, agiam em sentido contrário à da extensão da socialização dos processos produtivos e da internacionalização dos mercados, condensando infra-nacionalmente os temas políticos. A acumulação acelerada de capitais permitia reduzir tensões derivando-as para a satisfação parcial de alguns setores, focalizando a atuação política, enquanto o alívio à pobreza deixava de ser um processo político para generalizar-se como programas pontuais e transitórios.

Outra característica fundamental do capital-imperialismo é a extensão sem precedentes históricos das mais variadas formas de expropriação social. Se a valorização do valor (a extração de mais-valor de trabalhadores livres) é a própria forma da existência do capital, sua condição é a constituição - e aumento - permanente dessa base social, os trabalhadores livres. Assim, o século XX foi o da mais violenta expropriação de camponeses da história,

ocorrida em todos os quadrantes do planeta. Não bastava ao capital, porém, a brutal separação de longo curso entre os trabalhadores rurais e seus meios de produção. Nas últimas quatro décadas, mesmo os trabalhadores urbanos, muitos há várias gerações expropriados da terra, foram – e continuam sendo – seguidamente *redisponibilizados* para o mercado. Multiplicaram-se as formas de expropriação, incidindo sobre os direitos que reduziam a dependência frente ao mercado, como as aposentadorias, tendo esta expropriação o duplo intuito de apropriar-se dos fundos monetários destinados a tal fim. Expropriam-se direitos diretamente ligados ao contrato de trabalho, como seu próprio envelope jurídico, ampliando-se modalidades de trabalho francamente desprovidas de direitos. Ao lado do rebaixamento das condições de existência – e de luta – dos trabalhadores, multiplicam-se expropriações de elementos vitais para a vida humana, águas, ares, reprodução das sementes, genes biológicos, inclusive humanos, a par de sua monopolização.

Longe do fim do trabalho, ocorre a redução de massas cada vez maiores da população a mera condição de necessitados e disponíveis para o mercado de trabalho, sob qualquer formato ou tipo de atuação.

O que se convencionou denominar de neoliberalismo é a expressão mais visível da disseminação do capital-imperialismo, mas o termo me parece insuficiente para dar conta das dimensões do processo. Seu oportuno teor denunciativo perde força por admitir uma contraposição a um capitalismo que poderia ser “civilizado” através do Estado de Bem-Estar Social, deixando supor a possibilidade de um “retorno” a um capitalismo menos predatório, com maior teor de intervenção pública do Estado, voltada para os direitos sociais. Deixa assim de lado o fato de que as chamadas políticas neoliberais resultam *precisamente* do crescimento daquele capital-imperialismo gestado sob as condições da Guerra Fria. A imprecisão do termo – mesmo se ele assinala fenômenos importantes – se evidencia também na dificuldade para demarcá-lo, uma vez que mesmo eventuais crescimentos de políticas sociais do Estado vêm ocorrendo sob o novo formato capital-imperialista.

O Brasil e o capital-imperialismo

O segundo ponto diz respeito à incorporação retardatária e subalterna do Brasil no conjunto dos países capital-imperialistas, em especial no que concerne ao formato da atuação burguesa.

Grandes massas de capitais – em grande parte estadunidenses, mas também de outras procedências – ao transbordarem de seus países originais, buscavam não apenas matérias-primas, mas também valorização direta. De maneira profundamente desigual, devastaram países e regiões do planeta, saqueando e, contraditoriamente, promovendo diferenciadas modalidades de expansão da industrialização, do que resultaria modificações substantivas da vida social em muitos países. A dependência assumia formatos heterogêneos, dentre os quais a consolidação de burguesias locais em países secundários, fruto de situações históricas peculiares, cuja subalternidade não lhes diminui o caráter capitalista (Fernandes, 1975).

Desde a década de 1970 Ruy Mauro Marini assinalava fenômeno brasileiro que denominou de subimperialismo, levando em consideração o

grau de industrialização, assim como a relativa autonomia do Estado frente a qualquer fração específica do capital, o que lhe permitia coordenar a expansão externa, sobretudo para a América do Sul. Naquele momento, tratava-se principalmente do crescimento da exportação de mercadorias açambarcando os mercados dos países vizinhos. Para Marini, o subimperialismo poderia ser explicado a partir de seus traços *estruturais*, alicerçados na dependência, o que impunha, para a remuneração simultânea da burguesia local e das burguesias estrangeiras, uma dilapidação da força de trabalho local, através da superexploração, ao lado da incapacidade decorrente em expandir o mercado interno para além do consumo suntuário de algumas camadas sociais (Marini, 1977).

Nas décadas que nos separam de Marini, houve importante salto no mercado interno brasileiro, em boa parte apoiado na expansão do crédito para os setores populares; para além da exportação de mercadorias, a concentração de capitais com base no Brasil passou a constituir novas empresas transnacionais, com o apoio inclusive de bancos públicos (como o BNDES), voltadas para a exploração direta de trabalho e de matérias-primas em outros países. Assim, ainda que precursora, sua tese não incorpora as transformações posteriores. Ademais, a suposição de um truncamento estrutural – e não conjuntural – do valor da força de trabalho deixa supor uma impotência permanente das lutas de trabalhadores, assim como uma limitação permanente à extensão do mercado. Ora, tanto as lutas de trabalhadores quanto a generalização do mercado (apoiado fortemente nas expropriações dos trabalhadores do campo) tendem a fazer com que os preços – inclusive da força de trabalho – oscilem em torno a seu valor. Reconhecendo a importância de Marini e sua instigante análise, não a adotamos nessa análise.

O conjunto denso de transformações econômicas, sociais e políticas vividas no Brasil das três últimas décadas conserva similitude com as formas *internas* de dominação capital-imperialista. Revela-se crucial procurar compreender o processo histórico através do qual o desenvolvimento capitalista ocorre apesar das condições de dependência e ao longo do qual, malgrado modificações substantivas no conjunto da vida social e política, as desigualdades sociais perduram e/ou se aprofundam.

A literatura brasileira clássica raramente destacou a precoce rede de entidades associativas instaurada por diferentes segmentos burgueses no Brasil e sua constante interconexão com o Estado. Esse tipo de interrogação surgiu no Brasil sobretudo após uma maior divulgação das obras de Antonio Gramsci, em especial na década de 1970, que permitiu pesquisas mostrando que, desde finais do século XIX e, sobretudo, inícios do século XX, apesar de uma economia dominada pela monocultura, pelo latifúndio e pela exportação de produtos primários disseminavam-se no país, a partir inclusive de setores econômicos menos dinâmicos da classe dominante agrária, entidades associativas empresariais que expressavam reivindicações diferenciadas com relação aos setores mais dinâmicos (agro-exportadores). Organizadas em âmbito nacional, tais entidades pressionavam para modificações no âmbito do Estado, apoiando-se agora não mais na força direta de cada proprietário, mas na associatividade de cunho burguês. Houve pois intensa atividade organizativa para a disputa intra-classe de diferentes setores da classe dominante agrária, procurando

impor formatos aos Estado adequados aos seus interesses. A Sociedade Nacional de Agricultura-SNA, reunia grandes proprietários de todo o país voltados para a produção de gêneros destinados prioritariamente ao mercado interno e, contraposta a ela, a Sociedade Rural Brasileira-SRB agremiava grandes proprietários paulistas, fundamentalmente cafeicultores voltados para a exportação e com alta base tecnológica. Constituíram-se em efetivos aparelhos privados de hegemonia, consolidando extensas redes nacionais, com atuação técnica, política e ideológica, disseminadas através de publicações próprias que difundiam suas pautas políticas. Posteriormente, cada uma conseguiria implantar uma formação científica específica para suas exigências, através de instituições superiores públicas, como a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, no Rio, e a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, em Piracicaba, São Paulo (Mendonça, 1997 e 1998).

A contraposição entre as duas agremiações, SNA e SRB, e seus efeitos sobre o Estado, atravessou quase todo o século XX, reduzindo-se apenas na década de 1990, quando nova entidade, a ABAG-Associação Brasileira do Agronegócio e, em seguida, a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras - dominadas pelos grandes monopólios do agronegócio, mas procurando 'democraticamente' agregar também médios proprietários - passaram a predominar sobre as demais.

Longe de uma história linear e sem mediações, a disputa travada entre elas integrou a expansão das fronteiras da acumulação de capitais, coligando diferentes formatos de industrialização sem ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial. A esse formato "moderno" de organização burguesa, através do qual o Estado tende a se ampliar, abarcando entidades da sociedade civil correspondia a mais extrema truculência frente às tentativas de organização popular: essa ampliação era extremamente seletiva, incorporando as entidades patronais e criminalizando as associações populares. Se o setor agrário é o mais supreendente, a construção de aparelhos privados de hegemonia burgueses atingia diversos setores, inclusive industriais e comerciais. Vale mencionar o papel da atividade burguesa no adestramento da força de trabalho, através do sistema S (inicialmente, Sesi, Sesc e Senai), instituído em 1942.

A truculenta seletividade do Estado teria alguns curtos períodos de alívio, resultando da emergência de lutas populares. Um desses períodos ocorreu entre 1930 e 1935, logo seguido por feroz ditadura que impôs uma legislação de subordinação sindical (corporativismo). Enquanto o Estado fingia não perceber a dupla representatividade empresarial (a corporativa e a autônoma) ao longo de todo o período 1946-64 (LEOPOLDI, 2000), reprimia duramente qualquer formato autônomo de representação dos trabalhadores. A partir dos anos 1950, disseminava-se a implantação de entidades associativas empresariais especializadas, de abrangência territorial nacional (Cf. DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979; BOSCHI, DINIZ & SANTOS, 2000; DINIZ & BOSCHI, 2004).

Apesar da contínua repressão sobre formas autônomas de organização popular (MATTOS, 2003), as lutas sociais, operárias e camponesas se expandiram nas décadas de 1950 e 1960. O golpe de Estado de 1964, embora desfechado por militares, resultou de intensa organização de entidades associativas empresariais e patronais reunidas em torno do

IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Ali se agregaram entidades organizativas brasileiras, com recursos empresariais, de diferentes portes e origens regionais, imbricando-se com segmentos do Estado (sobretudo militares da Escola Superior de Guerra-ESG) e *com a intervenção externa*, através do apoio de diversas entidades estadunidenses (privadas e/ou governamentais) por elas convocadas para a sustentação de uma quartelada objetivando a destruição sistemática das entidades populares e das conquistas democráticas que procuravam empreender no âmbito do Estado.

Uma Revolução na Ordem, como caracterizou Florestan Fernandes (1975), que assegurasse um teor de incorporação democrático compatível com a complexificação da sociedade brasileira de então foi destroçada pelo golpe de Estado civil-militar de 1964. A truculência ditatorial seria insuficiente para conter, em médio prazo, a expressão sociopolítica que resultava do crescimento acelerado de uma classe trabalhadora urbana diversificada, impulsionada pela monopolização da economia e pela continuidade da expropriação rural, aprofundada agora por políticas agressivas de abertura e adentramento das fronteiras rurais, escancaradas ao grande capital sobretudo a partir dos anos 1970. Fomentavam-se as condições para a propulsão monopolista do capital no país, pela abertura da economia para a participação ainda maior de capitais estrangeiros, consolidando o famoso tripé (estado-grandes multinacionais-grandes empresas nacionais). Aduvava-se um sistema financeiro, capturando recursos dos trabalhadores através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; realizaram-se gigantescas obras de infra-estrutura e de suporte ao grande capital, que se aproveitou da enorme mobilidade territorial dos trabalhadores, politicamente jugulados.

Expandiam-se e especializavam-se ainda mais as entidades associativas de cunho empresarial, respondendo aos interesses de enorme quantidade de setores e, em muitos casos, agregando associados brasileiros e representantes das empresas estrangeiras aqui implantadas. O Estado ditatorial seguia abrindo espaços para a incorporação dessa seletiva mas diversificada sociedade civil, agregadora de interesses corporativos, cuja unificação se dava em torno da dominação de classes.

No bojo das tensões democratizantes, conflitos internos eclodiriam entre os setores dominantes, levando à constituição, na década de 1990, de novos formatos associativos burgueses, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE, que procuravam renovar a imagem empresarial e associá-la à democracia e aos reclamos sociais. Posteriormente essa entidade se reintegraria à FIESP (BIANCHI, 2001).

Irresolvidas nos períodos precedentes, as reivindicações democratizantes reapareceriam na década de 1970/80, com um perfil bem mais robusto e complexo. O processo seria bem mais tortuoso para sua contenção, exigindo novos formatos políticos. Apesar da permanência da repressão policial e militar, disseminavam-se inúmeras formas associativas populares, rapidamente imantadas em torno da criação do Partido dos Trabalhadores-PT, da Central Única dos Trabalhadores-CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, todos nos primeiros anos da década de 1980. Tais entidades populares se enraizavam agora

geograficamente em todo o território nacional e traduziam novo patamar atingido pelas lutas populares.

A estratégia burguesa procuraria adiar e empalidecer as reivindicações populares, mas para fazê-lo dependia de enorme salto para a frente na acumulação de capitais, dando-lhe fôlego econômico para uma incorporação, mesmo minorada, de tais demandas. Este novo salto de fuga para a frente se traduziria pelo aprofundamento da concentração, construindo as bases para uma efetiva transnacionalização de empresas brasileiras e por uma nova persuasão burguesa maquiada de democracia.

A principal inflexão nas lutas sociais dos anos 80 - e sua derrota principal - não decorreria da imposição de mais uma ditadura, mas da transfiguração da democracia, logo em seguida à promulgação da Constituição de 1988. Recomeçaria um longo e doloroso período de expropriações de recém conquistados direitos (através das reestruturações, do desemprego, de grandes planos de demissões e da preparação das privatizações, típicos do neoliberalismo), porém agora sob o formato parlamentar, cujo manto legitimava a retirada de direitos sob a normalidade eleitoral democrática.

A amplitude e variedade dos interesses e a intrincada rede de entidades associativas burguesas de cunho corporativo gerava, certamente, conflitos mais evidentes, mas também resultava numa multifacetada gama de articulações, entidades e de foros internos de deliberação. Sem perda de centralidade das entidades mais direcionadas para interesses imediatos, ampliava-se a formação de associações patronais voltadas doravante para o âmbito mais amplos. Elas passariam a admitir a legitimidade das tensões sociais e atuariam para domesticar as lutas populares tanto através de novas formulações, quanto pelo apoio a projetos marcados pelo referencial da 'cidadania', com novas estratégias de 'gestão de conflitos' (FIESP, 1990). O novo tipo de enquadramento social se afigura como uma expressões mais claras da possibilidade e da necessidade burguesas da estabilização de um formato político de tipo democrático-representativo, no mesmo período em que atuou ferozmente para reforçar a concentração de capitais, inclusive através de privatizações, das quais alguns setores burgueses brasileiros foram beneficiários diretos.

Na década de 1990, no contexto de importantes reivindicações populares, um fenômeno característico de setores médios desempenharia relevante papel. Multiplicou-se uma estratégia de *conversão mercantil-filantrópica* das embrionárias formas associativas populares. Ela consistia em fundar entidades voltadas para apoiar reivindicações específicas ou vagos anseios populares e, afirmando seu apoliticismo nas intervenções sociais, capturar recursos das mais variadas procedências, externas e internas. A jovem militância em constituição se descaracterizava, tornando-se profissão mal remunerada e supostamente apolítica; os jovens intelectuais recém diplomados ali exerciam seu aprendizado de *liderança democrática* em troca de salários bastante razoáveis em tempos de desemprego. Tais entidades tornavam-se defensoras de 'pobres específicos' ou de 'opressões específicas', porém, longe de atacar as razões da produção de tais especificidades, passariam a endossar um discurso vago, pautado por uma espécie de *pobretologia*, que fazia desaparecer as clivagens de classes sob mirabolantes estatísticas do número de miseráveis e do quantum de

escassez para definir 'linhas de pobreza'. Conviviam setores sociais – e populares – que procuravam se auto-organizar contra diferentes formas de discriminação com um novo formato associativo, cujo caráter gerencial em breve se revelaria.

Algumas dessas entidades associativas se auto-denominavam Organizações Não-Governamentais (ONGs), termo que entrava então na moda, logo em seguida acrescido do rótulo mais difundido, o de 'sociedade civil organizada'. Ambas as categorias exibiam sem problemas maiores sua estreita vinculação com uma visão de mundo liberal: o termo ONG supõe de forma imediata que o Estado se contrapõe à sociedade; no caso da categoria 'sociedade civil', estas entidades eram idealizadas como se fossem imunes (por serem não-lucrativas) às contaminações do mercado ou do Estado. Como se observa, tal caracterização passa a léguas de distância da refinada conceituação de Antonio Gramsci, para quem a sociedade civil, composta por aparelhos privados de hegemonia, integra o Estado, sendo espaço organizativo e formador de consciência social para diferentes visões de mundo. Forma organizativa da sociedade capitalista, a sociedade civil é para Gramsci espaço privilegiado de lutas de classes. A atuação mercantil-filantrópica tornar-se-ia uma forma recorrente de tentar converter luta popular em adequação às novas formas políticas do capital-imperialismo.

Essas entidades argumentavam com os termos clássicos da esquerda, mas reforçavam as práticas da direita (ARANTES, 2000). Não há levantamentos precisos anteriores ao século XXI, mas pode-se estimar que, até 1980, haveria em torno de 34.000 entidades sem fins lucrativos. Esses números saltam para 275.000 entidades em 2002, atingindo, em 2005, a cifra de 338.162 entidades, as quais empregavam 1.709.156 trabalhadores (BRASIL, 2006), traduzindo um crescente direcionamento empresarial dessas entidades.

Outro traço da nova estratégia burguesa seria o apoio empresarial à criação em 1991 de outra Central Sindical – a Força Sindical – voltada para a conciliação entre capital e trabalho e para resultados imediatos (Giannotti, 2002). A introdução dessa cunha no movimento sindical foi fundamental para os passos seguintes, através dos quais a CUT seria crescentemente neutralizada através de dois movimentos: por sua adesão aos princípios de uma pobretologia cidadã e por sua participação subalterna em agências do Estado, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de assentos em conselhos de gestão de fundos de pensão.

Essa mesma década ainda assistiria a uma situação insólita: a presença de lideranças sindicais da mesma central (CUT) nas manifestações de repúdio à privatização, enquanto outros integrantes atuavam como partícipes compradores de leilões privatizantes, integrando os conselhos dirigentes dos Fundos de Pensão, instituídos principalmente para trabalhadores do setor público.

Se o novo padrão econômico, social e político capital-imperialista se tornava mais explícito em finais da década de 1990, já compunha o espectro brasileiro anteriormente. Desde 1977, a revista Visão – expressando interesses de certas frações da classe dominante – empreendeu campanha pela transformação das fundações de seguridade em fundos de pensão segundo o modelo norteamericano, o que ocorreu em 1979, explicitamente sugerindo sua conversão em base para a expansão do mercado de capitais e

defendendo uma nova forma de relacionamento 'democrático' entre o capital e os trabalhadores detentores de parcelas de tais fundos. As condições ditatoriais ainda vigentes suscitavam, porém, excessiva desconfiança dos trabalhadores, inviabilizando a plena mobilização de tais recursos (GRANEMAN, 2006). Capturar tais massas de recursos, como se pode imaginar, envolvia um novo *modus operandi*, tanto do conjunto da classe dominante, quanto do próprio Estado. Não se tratava mais de lutar contra a gestão desses fundos por representantes de assalariados (seus supostos 'proprietários'), mas de convertê-los em 'parceiros' na acumulação e valorização do capital, seduzindo-os pelo atributo direto do capital, isto é, a lucratividade.

Combinou-se, no Brasil, a truculência tradicional da maneira de lidar com setores subalternos, e o convencimento, tão mais fácil de exercer quanto mais fragilizados estivessem os trabalhadores. Pela persuasão, faziam seu ingresso no cotidiano da política brasileira os argumentos democratizantes com base na rentabilidade 'partilhada'. Pela truculência, através do esmagamento emblemático das greves de Volta Redonda, em 1989, ainda no governo Sarney, quando o Exército assassinou barbaramente três trabalhadores, e da Petrobrás, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando, também com o recurso ao Exército, intentou-se a castração, por longo tempo, do sindicato dos petroleiros; além de assassinatos recorrentes de militantes do MST, em luta pela reforma agrária. Em seguida, por uma certa judicialização da política, acoplada à criminalização das formas de contestação que não se dobram à nova estrutura de persuasão.

A vitória de Lula da Silva traria nova legitimidade para a utilização do mesmo mix truculência/sedução, aprofundando o papel de alavanca dos fundos de pensão e dos fundos de investimento (investidores institucionais) para a concentração de capitais, concluindo-se a desfiguração de significativos segmentos do movimento sindical no Brasil. Os fundos de pensão, tendo muitas vezes como gestores antigos dirigentes sindicais, converteram-se em controladores de empresas, em impulsionadores da centralização e concentração de capitais no país, com seus ativos atingindo 17% do PIB em 2005 (GRANEMAN, 2006:37).

Essas foram as condições que correspondem internamente e impulsionam externamente a expansão da internacionalização de capitais brasileiros. Para compreender essa direita cuja nova cara atualiza velhas tradições, precisamos manter a clara referência às formas de reprodução do capital e do apassivamento dos trabalhadores.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Deitada em berço primário*. In: <http://pagina22.com.br/index.php/2011/11/deitada-em-berco-primario/>, acesso em 08/11/2011).

ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, n. 27, maio 2000.

BIANCHI, A. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

BOSCHI, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSCHI, R. R.; DINIZ, E. & SANTOS, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BRASIL. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. IBGE, IPEA, GIFE, ABONG. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

COELHO NETO, E. T. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979- 1998)*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-45*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, E. & BOSCHI, R. R. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora UFMG-IUPERJ, 2004.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Livre para crescer*. São Paulo: Cultura, 1990.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio, Ed. UFRJ e Ed. EPSJV-Fiocruz, 2010.

GRANEMAN, S. *Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

LEOPOLDI, M. A. *Política e interesses na industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, 1977. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MARTINS, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985.

de Janeiro, 2000.

MATTOS, Marcelo B. (coord). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: Faperj-Arquivo Público, 2003.

MENDONÇA, Sonia R. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia R. *Agronomia e poder no Brasil*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias burguesas para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

Oliveira, Francisco. *O Ornitorrinco*. SP, Boitempo, 2003

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*. n. 85. SP, 2009.